



DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Lula anuncia novo pacote para a promoção da equidade, a inclusão e a reparação histórica — que vai desde o apagamento de aspectos da cultura de matriz africana à expulsão dessa população para regiões de risco

Mais medidas contra a desigualdade racial

» ANDREA MALCHER
» MAYARA SOUTO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina, hoje, o segundo pacote pela igualdade racial, quando se celebra o Dia Nacional da Consciência Negra. Treze ações fazem parte do anúncio, cujas medidas devem incluir novas titulações de territórios quilombolas, além de programas nacionais e editais para o combate ao preconceito racial e novas ações afirmativas para garantir acesso e permanência de negros e negras no Ensino Superior.

Ontem, a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, usou a rede nacional de rádio e tevê para relembrar a importância do dia que marca a morte de Zumbi dos Palmares — líder e símbolo da resistência à escravidão no Brasil. “Temos o mesmo direito de viver com dignidade, de ter acesso à educação, à saúde, ao emprego, ao salário justo, à segurança, à moradia digna e à alimentação de qualidade. O povo brasileiro e os movimentos negros sempre lutaram pela conquista desses direitos. A nossa Constituição é a maior representação disso”, destacou Anielle.

Em encontro interministerial, em 6 de novembro, alguns projetos — cujos anúncios serão aprofundados hoje — foram adiantados por parte do primeiro escalão governamental. O ministro dos Direitos Humanos, Silvío Almeida, afirmou que lançará um conjunto de ações que resgatem a memória dos povos negros e escravizados no Brasil, por meio de materiais didáticos e do reconhecimento de locais relevantes na memória dos africanos escravizados.

Já a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, prometeu focar no enfrentamento à violência contra as negras. O ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, salientou que ações garantirão à população negra o direito à comida e à segurança alimentar. Por sua vez, Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, afirmou que decretos assegurarão segurança jurídica e direito à terra para os quilombolas.

A Organização das Nações Unidas (ONU) traçou metas para atingir o desenvolvimento sustentável no mundo até 2030, com desafios específicos para cada país. No Brasil, são 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e, entre eles, está a redução da desigualdade. Mas, em setembro, Lula afirmou, no discurso que fez na Assembleia-Geral da ONU, que tem intenção de criar um 18º ODS para combater a desigualdade racial.

Paulo Pinto/Agência Brasil



Manifestação contra o racismo em São Paulo. Estudiosos mostram que o Brasil tem um longo caminho a percorrer quando o assunto é a promoção da equidade racial

Discriminação em todos os setores da sociedade

O Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra) reuniu as informações coletadas pelo Censo de 2010 — o último cujos microdados estão disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — para mostrar, com números, as discrepâncias de tratamento que atingem a população negra. Da questão salarial à de moradia, passando por gênero, educação e saúde, o levantamento deixa claro o abismo existente por causa da cor da pele.

Uma das constatações trazidas pelo Cedra, com base nos dados do Censo, é que 31% dos responsáveis por domicílios com renda per capita até 1/8 de salário mínimo são mulheres negras. Esse dado para as mulheres brancas é de 9,8%. “A gente percebe a desigualdade entre pessoas negras e brancas em todas as faixas de renda. O racismo é um componente cultural, que está interferindo na sociedade brasileira como um todo”, lastima Cristina Lopes, diretora executiva do Cedra.

As mulheres, segundo a pesquisadora, são as mais vulneráveis socialmente. Por isso, em alguns levantamentos,

os filtros de raça e gênero são cruzados. “Quando a gente coloca a questão de gênero, percebe que as mulheres negras são o grupo que mais concentra índices socioeconômicos desfavoráveis”, afirma.

Gestantes

Alguns temas de saúde pública foram esmiuçados pelo Cedra, tais como os exames de rotina. Cristina diz que 36% das mulheres negras acima de 18 anos não tinham feito o exame clínico de mama, mas essa taxa em relação às mulheres brancas é de 21,4%.

“É uma diferença de 70% entre um grupo e outro, se a gente analisar”, lamenta. Além disso, 35% a mais de mulheres negras nunca fizeram a mamografia, se comparadas às brancas.

Esse fato se repete, também, na realização do pré-natal. Setenta e dois por cento mais gestantes negras do que brancas tiveram um pré-natal classificado como inadequado ou não o fizeram. Há, também, a questão do número de consultas para esse acompanhamento,

que é de, no mínimo, sete. Nesse caso, 76% mais mulheres negras tiveram pré-natal com número inferior de consultas médicas recomendadas, em comparação com as brancas.

Considerando que os dados analisados pelo Cedra são de 2010, há uma projeção de que esses dados tenham melhorado, pois em 2012 foi sancionada a Lei de Cotas. A norma garante 50% das vagas em universidades e institutos federais para pretos, pardos, indígenas e quilombolas.

A pesquisadora aponta que as condições de domicílio das pessoas negras no país são precárias. “A maioria dos lares com responsáveis negros não tinha um banheiro exclusivo”, assegura.

Nas casas sem revestimento, por exemplo, 15% dos moradores eram pessoas negras e 7,8%, brancas. Isso, segundo a pesquisadora, expõe a população aos impactos das mudanças climáticas que o país enfrenta e faz com que a população negra seja a mais vulnerável a riscos de desabamento, enchentes e excesso de calor. (AM e MS)

Redes sociais



Cristina: pesquisa mostra que precariedade atinge pesadamente a mulher negra

Preconceito ambiental, uma forma de exclusão

Na discussões sobre o preconceito contra os negros, uma definição até então pouco conhecida começa a ser introduzida: racismo ambiental. É usada para referir-se ao processo de discriminação que pessoas sofrem por meio da degradação ambiental. Ou seja, afastamento de grupos sociais para áreas insalubres, com infraestrutura urbana precária (ou inexistente) e sob risco iminente de tragédias.

“Trata-se da produção de impactos ambientais que recaem sobre as populações racializadas. O conceito se expande também para a influência que esses impactos têm no contexto geográfico. A gente não vai falar somente sobre a questão dos impactos da poluição”, explica Maíra Rodrigues, bióloga e coordenadora sobre o tema no Instituto de Referência Negra Peregum.

Ela observa que antes do fim da escravidão no Brasil — em 13 de maio de 1888, com assinatura da Lei Áurea —, negros e negras foram jogados à própria sorte por aqueles que os negociavam como mercadoria. “Nesse momento, muitos deles vão viver em favelas, que são

esses locais que, naquela época, já eram vistos como áreas de risco de deslizamento (causados pelas chuvas fortes). Por que, ainda hoje, a população negra reside nessas áreas?”, questiona.

Atualmente, o Serviço Geológico do Brasil, do Ministério de Minas e Energia, aponta que cerca de 4 milhões de pessoas vivem em áreas de risco. Dados de janeiro deste ano, demonstram que esses cidadãos estão espalhados em 13,5 mil locais mais suscetíveis a deslizamentos e inundações.

“A emergência climática acontece no mundo inteiro, mas, majoritariamente, a população que mais vai sofrer nesse contexto é a urbana, periférica e negra. Essa é a população que ainda está residindo nesses lugares, vítimas de violações como a insegurança alimentar, a insegurança hídrica e (a falta de) saneamento básico”, observa Maíra.

Periferias

O crescimento populacional foi outro fator que “expulsou” os negros para regiões arriscadas. A Estação 14-Bis, da nova

linha 6 do metrô de São Paulo, está em um dos principais endereços negros da capital — no Quilombo Saracura, que abrigou foragidos entre os séculos XIX e XX.

Na construção da estação, centenas de objetos foram encontrados nas escavações — até o momento, mais de 700 achados quilombolas foram catalogados. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) permitiu que as obras começassem sem um estudo arqueológico. Além disso, as construções desalojaram a escola de samba Vai-Vai, que funcionava na área do quilombo.

Maíra frisa que o negro “ficou sem direito à terra e a um território digno, de qualidade”. “A população que não tem condição de comprar ar condicionado é a mesma que vai ter um deslocamento muito maior de casa para o trabalho, e vai ficar nessas áreas com riscos. É pensar um plano diretor para quem vive nessas regiões, incluindo-as, definitivamente, no conceito constitucional de promoção do bem-estar social. Isso porque a população negra é vítima de um epistemicídio, que é a morte de seus conhecimentos”, cobrou Maíra. (AM e MS)

Redes sociais



Maíra frisa que os negros são os que mais sofrem ao viverem em áreas de risco



Temos o mesmo direito de viver com dignidade, de ter acesso à educação, à saúde, ao emprego, ao salário justo, à segurança, à moradia digna e à alimentação de qualidade. O povo brasileiro e os movimentos negros sempre lutaram pela conquista desses direitos. A nossa Constituição é a maior representação disso”

Trecho do pronunciamento de Anielle Franco, ministra da Igualdade Racial